



ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro, e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Devido à reunião com a Mesa Diretora, para decisões administrativas e proposições nesta Casa, a gente atrasou um pouquinho. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Nona Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, respectivamente primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Doze da Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 5/2023, do Ministério da Agricultura e Pecuária – Superintendência da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 100/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Rafael Tavares, Pedrossian Neto, Amarildo Cruz, Renato Câmara, Mara Caseiro, Professor Rinaldo e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Coronel David, João Mattogrosso, Jamilson Name e Neno Razuk. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os Deputados Professor Rinaldo e João Henrique. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marcio Fernandes pediu vista ao Requerimento nº 356/2023, de autoria do deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da Casa, endereçadas aos familiares do Padre André Giuseppe Scaglia e Maria Tereza Ferraz Alves Ribeiro; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada aos familiares de Rosa Maria Rodrigues; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçadas aos familiares de Valério Lopes, Norita Nunes da Silva e Lucy Nunes Ratier; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Aurelino João da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada aos familiares de José Ribeiro de Bom; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçadas aos familiares de Nelsi João Perlin e Anna Bárbara Remelli; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao policial militar terceiro-sargento Jonathan Farias*

*Vasconcelos, pelo reconhecimento ao evitar que três criminosos assaltassem uma residência e ferissem uma senhora que nela reside, no bairro Vila Carlota, no município de Campo Grande; requerimentos de moções de congratulação, de autoria dos deputados João Henrique e Lucas de Lima, endereçadas à equipe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Mato Grosso do Sul, responsável pela maior apreensão única de cocaína da história da instituição; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao apóstolo Elias Gomes, pelo lançamento do seu novo livro: Revitalize – Toda Liderança Precisa Ser Renovada, e pelos doze anos da Igreja Fonte Viva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura, Max Freitas, pela realização do desfile das escolas de samba e apoio aos blocos de carnaval de rua realizado na cidade de Campo Grande, extensiva às associações, agremiações e blocos independentes de carnaval que fazem reverberar a cultura popular; requerimento de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a criação de representação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, composta por três senhores parlamentares, para acompanhamento da audiência pública organizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no dia 22 de março de 2023; requerimento de autoria do deputado Zeca do PT, solicitando o uso da tribuna ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação; requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT, convidando o ministro de carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores, senhor Carlos Alberto Parkinson de Castro, para participar de reunião com os parlamentares desta Casa, para que possa discorrer sobre os investimentos e as obras relativas à Rota Bioceânica no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimentos de informações, de autoria dos deputados João Henrique e Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Coronel David, Amarildo Cruz, Lucas de Lima, Junior Mochi, Jamilson Name, Rafael Tavares, João Henrique, João Mattogrosso, Neno Razuk, Zeca do PT, Pedro Kemp e Roberto Hashioka. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Renato Câmara. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, primeiro de março do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, nossos colaboradores da Assembleia Legislativa, da TV e Rádio Assembleia. Deputado Gerson Claro, quero parabenizar a nossa gestora Karine. Hoje é aniversário da Karine Cortez, gestora da Rádio Assembleia. Não há expediente a ser lido nesta Sessão, senhor presidente. Obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero encaminhar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Campo Grande, com cópia ao senhor Nilson Azevedo Marques, superintendente regional, em Mato Grosso do Sul, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), solicitando a regularização da distribuição de cestas básicas às comunidades indígenas urbanas de Campo Grande. Justificativa: os indígenas das comunidades urbanas de Campo Grande estão há três meses sem receber as cestas básicas. Tendo em vista o elevado preço dos alimentos, quando somado a outras obrigações como aluguel, contas de água, luz e outros compromissos, além de situações como desemprego, a falta da entrega dessas cestas faz com que as famílias passem necessidades. Como estão na cidade, não existe a possibilidade de plantio, pois não há disponibilidade de terreno suficiente. Assim, estão realizando diárias e outros serviços gerais como bicos, o que não gera renda suficiente para arcar com todas as despesas do contexto familiar. Diante dessa situação, solicitamos providências urgentes dos órgãos responsáveis no sentido de regularizar a distribuição dessas cestas básicas, garantindo condições dignas de alimentação aos indígenas das aldeias urbanas desta Capital. Tenho também uma indicação à Mesa Diretora, para realizar estudos no sentido de viabilizar alteração do artigo 14, inciso II, da Lei nº 4.090/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores permanentes ao quadro pessoal da Assembleia Legislativa, para que seja exigido nível superior para investidura no cargo de tradutor de Libras. Justificativa: hoje, o nosso plano de cargos e carreiras prevê que o tradutor de Libras pode ter apenas o nível médio; e nós estamos apresentando uma sugestão para que a Mesa Diretora faça uma alteração do plano de cargos e carreiras e possa prever que nos próximos concursos para tradutores de Libras seja exigido nível superior. Uma vez mudado esse artigo do plano de cargos e carreiras, que possamos também fazer a valorização salarial dos atuais tradutores da Libras desta Casa. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor Presidente, primeiro quero corroborar a preocupação absolutamente justa do deputado Pedro Kemp com relação à péssima notícia que tivemos ontem do atraso de três meses do fornecimento das cestas de alimentação às comunidades indígenas urbanas aqui de Campo Grande. Portanto, para corroborar, estou apresentando um requerimento, após deliberado pelo Plenário, a ser enviado expediente deste Poder ao coordenador regional da Funai de Campo Grande, com cópia ao superintendente regional da Conab, solicitando informações das razões do atraso da distribuição das cestas de alimentos dos povos indígenas de Campo Grande. Em segundo lugar, senhor presidente, quero dizer que a gente precisa encaminhar coisas com as quais nos preocupamos, portanto venho comunicar à Mesa Diretora que estou encaminhando um ofício ao senhor ministro de estado da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, solicitando autorização e/ou procedimentos para determinar que a Base Aérea de Campo Grande efetue o transporte do quantitativo de água mineral ao povo Yanomami na região norte do

Brasil. O governo foi absolutamente ágil, e a Sanesul ofereceu retorno. Por último, senhor presidente, eu cumpri a missão que Vossa Excelência me deu. Eu fiz um convite ao ministro Parkinson, que é diplomata de carreira do Itamarati, e quem hoje, no meu entendimento, mais entende de Rota Bioceânica no Brasil. Ele estará aqui no dia 22 de março para participar da instalação da Frente Parlamentar de Mato Grosso do Sul para o Corredor Rodoviário Bioceânico. Eu estou propondo a Vossa Excelência e à Mesa Diretora, após minha conversa com o ministro Parkinson, que a gente faça um convite no momento oportuno a todos os deputados, à Famasul, à Assomasul, à Acrissul, à União das Câmaras de Vereadores, à Universidade Federal, que estuda o tema da Rota Bioceânica, à Universidade Estadual, às universidades particulares e representações do governo do estado, para que participem no dia 22, no período da tarde, às 14h, no Plenarinho Nelito Câmara, nesta Casa, da instalação da Frente Parlamentar de Mato Grosso do Sul em Defesa do Corredor Bioceânico, com palestra sobre a viabilidade, as possibilidades e as dificuldades com relação à Rota Bioceânica. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço, deputado. A vinda do ministro Parkinson vai ser ótima para o nosso estado. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, membros da Mesa Diretora, nobres deputados, colegas aqui presentes e pessoas que estão acompanhando esta Sessão. Senhor Presidente, hoje trago uma notícia feliz. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja enviada a presente moção de congratulação ao meu Operário Futebol Clube, de Campo Grande que, na data de ontem, venceu o Operário do Paraná, por um gol a zero, numa disputada partida da primeira fase da Copa do Brasil, classificando-se para a segunda fase da competição, depois de trinta e três anos. Justificativa: na data de ontem, quarta-feira, o Operário Futebol Clube de Campo Grande venceu o Operário do Paraná em partida disputada no estádio Jaques da Luz, em Campo Grande, com o apoio maciço das torcidas organizadas 77, Esquadrão Operariano e Garra Operariana, que empurraram o time para uma vitória histórica que reposiciona o futebol sul-mato-grossense no cenário esportivo nacional. Muito obrigado, presidente. Saudações alvinegras.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns ao Operário e aos operarianos. Com a palavra o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia a todos da Mesa Diretora. Bom dia aos demais nobres colegas. O deputado Pedrossian Neto falou que tinha uma notícia feliz; eu tenho duas. A primeira é que o “Galo” ganhou ontem; a segunda é que ontem o Choque conseguiu cancelar o CPF de um criminoso que entrou em confronto com a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul. Criminoso que entra em confronto com a polícia, o resultado é esse. Então, quero parabenizar o Choque pela ação, e parabenizar também a Polícia Rodoviária Federal, que fez a maior apreensão de cocaína da história da corporação em Mato Grosso do Sul, avaliada em

trezentos e cinquenta milhões de reais de prejuízo aos criminosos. Parabéns à nossa Polícia Rodoviária Federal. Tenho algumas indicações para a prefeita Adriane Lopes, solicitando patrolamento e encascalhamento na avenida 4, no bairro Nova Campo Grande; na rua Padre Julião Urquiza, no bairro Monte Alegre; na rua Reino Unido, no jardim Inápolis; na rua Espiridião Castelo Branco, bairro Conjunto Parati 2; e nas ruas Mapuera, Turupari e Araúna, no bairro jardim Columbia. Quero também solicitar ao secretário municipal de Saúde de Campo Grande, Sandro Benitez, a manutenção e construção do muro de proteção da UBS do bairro Santa Carmélia. Quero também solicitar ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao nosso amigo coronel Renato, da Polícia Militar, ronda e patrulhamento ostensivo em torno do Ginásio Guanandizão e proximidades, no bairro vila NhaNhá I. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, membros da Mesa Diretora, caros colegas deputadas e deputados, senhoras e senhores. Eu tenho uma indicação aqui a respeito da segurança, uma ação que envolve uma rodovia federal e duas estaduais. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, e ao superintendente do Dnit do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando, em regime de urgência, que sejam realizadas obras de melhoramento das instalações horizontal e vertical, e a instalação de redutores de velocidade nas imediações dos trevos na rodovia BR-376 com a MS-147, acesso ao distrito de Culturama, e com a MS-475 acesso a do distrito de Guaçulandia, na verdade trata-se de uma reivindicação da população local trazida ao meu gabinete pelo senhor André Medeiros, liderança da região, que solicita realização de obras de melhoramento das sinalizações, tanto horizontal quanto vertical, e a instalação de redutores de velocidade nas imediações dos trevos citados. Segundo ele, os referidos locais são vias de trânsito intenso, onde já ocorreram vários acidentes, inclusive com vítimas fatais. E quando se trata de trevo que envolve rodovia estadual com rodovia federal, na realidade os projetos têm que contemplar dispositivos de segurança desde a instalação da rodovia. Então, eu gostaria de deixar essa indicação. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres deputados. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160 e do artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira,

solicitando a instalação de uma unidade do Instituto Médico Legal no município de São Gabriel do Oeste. A presente indicação vem do nosso vereador Fábio Miranda, do município de São Gabriel do Oeste. Indico à Mesa em consonância com as disposições regimentais do artigo 160 e do artigo 176, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e também ao defensor público-geral Homero Lupo Medeiros, solicitando que seja viabilizada a construção de uma sede da Defensoria Pública no município de São Gabriel do Oeste. Essa também é uma reivindicação antiga. Hoje nós temos muitos atendimentos na Defensoria Pública de São Gabriel do Oeste, inclusive há uma dificuldade na recepção, pois hoje as pessoas são abrigadas dentro do próprio Fórum, para atendimento na Defensoria Pública. Esse é um pedido do vereador doutor Fernando Rocha. Fica aqui então reiterado esse pedido que nós já fizemos no ano passado, da construção de um prédio próprio da Defensoria Pública, onde são atendidas as pessoas que mais necessitam da Justiça. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para comunicar que nós fizemos um requerimento na primeira sessão da semana passada, no qual solicitamos a presença do secretário doutor Antonio Carlos Videira para falar sobre as ações que estão sendo feitas com relação ao combate à violência contra as crianças e os adolescentes. Neste momento ele está se dirigindo para esta Casa e, após a Ordem do Dia eu acredito que ele estará ocupando a tribuna para discorrer, conforme requerimento já feito em sessões anteriores. É isso, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Quero cumprimentar e agradecer a presença do presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul, Norton Camatte, junto com a sua equipe: o Vagner, craque da camisa 10, e seus amigos. Obrigado pela presença aqui na Casa. Encerrado à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*Proposições, de autoria do deputado Amarildo Cruz: uma moção de pesar (Prot. nº 00552/2023). Proposições, de autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00550/2023). Proposições, de autoria do deputado João Henrique: quatro projetos de lei (Prot. nºs 00558/2023, 00561/2023, 00562/2023, 00564/2023). Proposições, de autoria do deputado João Mattogrosso: três indicações (Prot. nºs 00534/2023, 00535/2023, 00536/2023). Proposições, de autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de pesar (Prot. nº 00570/2023). Proposições, de autoria da deputada Mara Caseiro: nove indicações (Prot. nºs 00526/2023, 00530/2023, 00531/2023, 00529/2023, 00523/2023, 00525/2023, 00532/2023, 00533/2023, 00524/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00528/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00527/2023). Proposições, de autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 00563/2023). Proposições, de autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 00520/2023, 00559/2023). Proposições, de autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00556/2023, 00553/2023); um requerimento

(Prot. nº 00560/2023). Proposições, de autoria do deputado Professor Rinaldo: quatro indicações (Prot. nºs 00544/2023, 00547/2023, 00549/2023, 00545/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 00548/2023, 00546/2023). Proposições, de autoria do deputado Rafael Tavares: sete indicações (Prot. nºs 00522/2023, 00543/2023, 00542/2023, 00541/2023, 00540/2023, 00539/2023, 00538/2023); um requerimento (Prot. nº 00070/2023). Proposições, de autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 00521/2023, 00568/2023). Proposições, de autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00551/2023).). Passamos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, quero fazer um comunicado a esta Casa, particularmente à Mesa Diretora da Assembleia. Nas sessões de terça e quarta-feira próxima eu estarei ausente, e justifico aqui para registro. Na segunda-feira à noite irei para Brasília; e na terça e na quarta-feira tenho audiência já marcada com os ministros Wellington Dias, com o ministro Paulo Pimenta, das Comunicações, e Alexandre Padilha; e muito provavelmente terei uma reunião com o vice-presidente Alckmin e com o presidente Lula, que deve definir isso hoje. O que eu levo para Brasília, como deputado estadual do PT, senhor presidente? Primeiro, a necessidade urgente da titulação e regularização fundiária dos assentados. É inadmissível que um assentado esteja há dez, quinze, vinte, trinta anos de posse da sua pequena propriedade e não receba do governo o seu título definitivo para que possa, inclusive, negociar com o banco. Segundo: há necessidade de abrir uma linha de crédito subsidiado para implantação das cooperativas dos assentamentos. Fui ao Assentamento Itamaraty, deputado Paulo Corrêa; e lá eles secam o milho no asfalto do aeroporto. Então, é preciso ter uma linha de crédito. Vossa Excelência, presidente, é preocupado com a agricultura familiar. É preciso construir armazéns graneleiros para a agricultura familiar. Terceiro: vou levar uma proposta, e quero registrar o enorme carinho e contribuição que nos deu o Marcelo Vinhaes, presidente da Energisa. Vou levar ao presidente Lula a ideia de um programa chamado “Brasil Trifásico”. O presidente Fernando Henrique, e depois o presidente Lula, lançaram o Programa Luz para Todos, e depois o Programa Luz no Campo. A verdade é que a energia monofásica não resolve mais, deputado Pedro Kemp. A pessoa instala um triturador e, quando o liga, cai a energia da casa. Portanto, no Brasil o sistema trifásico é fundamental se nós queremos agroindustrializar a pequena propriedade. Quarto: vou levar a ideia — e tenho certeza que o presidente Lula vai adorar — dos núcleos para os municípios que têm grande concentração de

assentamentos, como Sidrolândia, Itaquiraí, Nioaque, Ponta Porã e Rio Brilhante. Juti, não! A ideia é ter uma agência do Banco do Brasil, chamada Banco do Brasil - Agência da Agricultura familiar. Eu sou aposentado do Banco do Brasil. Aliás, é a minha única aposentadoria. E hoje, no Banco do Brasil, quando o cidadão entra com a mão calejada e a botina suja, não tem o tratamento que merece. Ter uma agência específica para a agricultura familiar é importante. E por último, senhor presidente, vou propor, e vou estar também no Ministério da Saúde, para que aqui seja implantado mais uma Dsei. O que é uma Dsei? É a Delegacia da Saúde dos Povos Indígenas. Nós temos a maior população indígena do Brasil, e temos somente um Dsei. O estado de Mato Grosso está longe da gente, e tem quatro Dseis. Então já falei com a ministra, propondo um Dsei em Aquidauana, para os povos Terena e Kadiwéu, e outro em Amambai, para os povos Guarani e Kaiowá. Portanto, terça e quarta-feira estarei com essas autoridades tratando dessa agenda que é fundamental para a agricultura familiar, e estou justificando a minha ausência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede-me um aparte, deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Claro, com o maior prazer.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com a permissão do presidente. Com relação ao primeiro item que Vossa Excelência pontuou, no ano passado nós tivemos uma festa do governo Bolsonaro com a ex-ministra Tereza Cristina entregando títulos aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, em conversa com os assentados, eles reclamaram que esse título não dá direito a buscar financiamento no banco, ou seja, é um título que não tem validade. Então, na verdade é preciso regularizar essa situação, porque os assentados reclamam que ficam impedidos de buscar financiamento, de produzir e comercializar os seus produtos. Eu acho que essa história de título falso não dá mais para aceitar, portanto é preciso resolver definitivamente essa questão. Parabéns a Vossa Excelência.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2023. Autora: Mesa Diretora. “Reconhece, para fins no disposto no artigo nº 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no município de Ivinhema”. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2022, de autoria da Mesa Diretora.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz? Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique? Declaração de voto com o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, não obstante a necessidade de votação de decreto de calamidade pública e a existência concreta de elevação do volume pluviométrico que atinge as cidades, este parlamentar acredita que não necessariamente esta Casa precisa outorgar para os gestores um cheque em branco. Eu analisei detidamente esses dois decretos que entraram na Ordem do Dia e, apesar das justificativas da quantidade da elevação do volume pluviométrico, não tem... Quer dizer: o que será feito com esse cheque em branco? Qual é o volume? Até qual limite? E o que será feito? Então este parlamentar, em que pese reconheça a necessidade de celeridade, não quer dar para nenhum gestor público qualquer tipo de cheque em branco, sem que seja explicado o que será feito, qual o prazo e de que forma. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O pessoal precisa providenciar microfone para os deputados. Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto se algum deputado chegou depois...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais algum deputado? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Votou sim (Anunciado pelo presidente).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria também de pedir licença para votar sim, até porque nós aprovamos o decreto de calamidade, mas o papel de fiscalização não será tirado da Câmara Municipal de Vereadores e do Tribunal de Contas. Então, voto sim. Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário. Pela ordem, como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito novamente o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2022. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de maio de 2000, ocorrência de estado de calamidade pública no município de Ponta Porã". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação

emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Com relação ao município de Ponta Porã, eu gostaria de fazer uma análise mais detida no prazo regimental, pedindo vista.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Decreto de calamidade, com pedido de vista feito pelo deputado João Henrique. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Sete requerimentos, vinte e oito indicações, uma moção de apoio e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Em destaque. Requerimento nº 0356/2023. Autor: deputado João Henrique. "Solicita encaminhamento de expediente desta Casa ao governo do estado, solicitando, em resumo, relação de servidores comissionados e folha de pagamento". Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente. Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, servidores públicos do estado de Mato Grosso do Sul, eu subo a esta tribuna para falar sobre esse Requerimento nº 356, que o governo do estado, em duas oportunidades utilizou de manobra regimental para que não chegasse ao Plenário, mas hoje chegou. E este parlamentar provavelmente já sabe, deputado Rafael Tavares, qual será o resultado da votação. Mas é muito importante que antes de a gente simplesmente votar, discutir. Um parlamentar pedir a lista de pessoas nomeadas nos cargos comissionados, as hipercontratações que o governo do estado vem fazendo, e ter o seu acesso negado por esta Casa hoje será, além de decepcionante, motivo de vergonha para este parlamentar. Será vergonha não pelo conteúdo do pedido, mas porque todos que aqui chegam fazem um juramento na hora de pedir o voto e a confiança do eleitor, dizendo: "Eu vou fiscalizar! Eu vou para cima! Eu vou cobrar! Quando chegar lá, vou resolver!" Ou seja, como é que eu vou resolver, se os meus olhos estão sendo vendados? Como é que eu vou resolver, deputado Rafael Tavares, se eu tiver que olhar o Diário Oficial do estado de todo os dias para saber onde cada uma dessas pessoas está sendo alocadas? O governo tem a intenção de esconder isso desta Casa? O governo do estado tem a intenção de não mostrar o quanto que ele gasta empregando as pessoas? No governo do estado, deputado Rafael Tavares... O poder da oposição é importante ser lembrado todos os dias nesta Casa, porque somente de ontem para hoje, mais de dez servidores públicos ligaram para o telefone deste parlamentar, que é aberto e vai continuar sendo, para dizer: "Eu tenho um cargo de chefia, e o meu chefiado ganha mais do que eu na condição de comissionado!" Isso é uma vergonha! É um absurdo! Porque o dinheiro é do povo, e dá o direito de o povo fiscalizar. Servidor público, acorde e se levante! Esse Requerimento de nº 356 precisa ser

aprovado, pois sem a sua aprovação nós não teremos conhecimento da quantidade de servidores em cargos comissionados, e não poderemos, em matéria orçamentária, comparar o quanto está sendo gasto com um ou com outro, e se isso está certo. Ninguém aqui sabe! Eu faço um desafio ao governador Eduardo Riedel: ele não conhece as pessoas que nomeou. Não sabe o nome, nem onde trabalha. São tantos, que a gente não sabe sequer se cabe (se cabem, para usar o português correto) nos prédios públicos que eles estão lotados e nomeados. Nós, aqui na Assembleia não sabemos...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Permite-me um aparte, deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Só um minuto, deputado Paulo Corrêa. Nós sequer sabemos se a logística permite a quantidade de funcionários contratados. Mas, se este deputado está errado em pedir, em querer analisar, em querer saber, se indevidamente existe ali nessas contratações EAE, EAS, DCA, DAE ou sei lá quantas siglas inventam para gratificações que elevam salários de servidores que não mereciam estar recebendo... Se estiver tudo certo, não me esconda, não derrube o requerimento deste parlamentar, porque eu só quero saber, quero trabalhar, atuar, fiscalizar e, para isso, eu preciso ter conhecimento. E mais, esta Casa está utilizando, deputado Rafael Tavares, de um expediente, de uma proposição legislativa que é a modalidade de requerimento, mas é direito e prerrogativa do parlamentar bater na porta do Judiciário e cobrar. Para que pedir vista desse requerimento duas vezes e derrubá-lo, se eu posso chegar no Judiciário e cobrá-lo? Depois: "os deputados não têm jeito, não são habilidosos, querem enfrentar; e vão direto no Judiciário". Mas quando a gente faz aqui, é barrado! É inadmissível tentar cercear a atividade e os debates do parlamentar. Por isso concedo um aparte ao deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Deputado João Henrique, parabéns pela independência que o senhor tem nesta Casa. É a mesma independência que eu busco ter. O eleitor de Mato Grosso do Sul exige transparência. Eu acredito que o seu requerimento não deveria estar passando por uma situação onde se "enrola" para passar as informações adequadas à população. O povo de Mato Grosso do Sul que votou no governador Eduardo Riedel quer transparência. Esse também é um compromisso meu com o povo sul-mato-grossense, de fiscalizar essas nomeações, para que todos saibam exatamente quem está na máquina pública, afinal de contas quem paga o salário é o cidadão sul-mato-grossense. Então o senhor tem o meu apoio, e eu espero que esta Casa responda esse requerimento o mais breve possível, para que a gente saiba exatamente quem está alocado neste governo. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Também concedo um aparte ao nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Nobre deputado João Henrique, eu gostaria de fazer alguns comentários com relação a vossa propositura. Eu digo que concordaria com a necessidade de transparência e com o pedido ora em

tela se nós não tivéssemos, no estado de Mato Grosso do Sul, a nota máxima em transparência conferida pelas autoridades responsáveis pela fiscalização de todos os órgãos públicos. Mato Grosso do Sul tem nota máxima no Portal da Transparência, a nota A. E não obstante, nós temos a obrigação da legalidade em todos os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; além disso, deve haver a publicidade no Diário Oficial. O nosso Portal da Transparência é tão detalhado que você consegue baixar com facilidade uma lista no Excel com os nomes, com todos os cargos e com todo o detalhamento. Então eu não vejo porque fazer talvez um proselitismo com relação a esse tema, quando, na realidade, a população de Mato Grosso do Sul já consegue fazê-lo. A gente não precisa pedir nada disso para que o governo gaste energia a fim de que se tenha essa resposta, uma vez que tudo isso já está absolutamente sanado. Eu quero parabenizar o governador Eduardo Riedel pela forma com que ele está fazendo essas nomeações e como está organizando a máquina pública. E creio que não é papel do governador conhecer um por um dos comissionados, até porque nós temos a impessoalidade da coisa pública. Imagina se o governador fosse conhecer cada um dos funcionários que trabalha para o estado... Naturalmente é dada liberdade para que os secretários possam contratar aqueles que, além do critério da confiança, desempenham um papel profissional e que possuem competência. Portanto, não é o governador que tem que ver, um por um, cada um dos nomeados. Nós, como parlamentares, temos acompanhado o perfil absolutamente técnico que esse governador tem conseguido imprimir a este estado, e é por isso que Mato Grosso do Sul está avançando, é excelência em gestão e está ganhando nota máxima em transparência em todos os órgãos que analisam as nossas contas. E esta Assembleia Legislativa nunca vai se omitir. Eu tenho certeza que nenhum deputado aqui iria passar a mão na cabeça de qualquer governo, porque cada um tem o seu mandato, tem a sua obrigatoriedade, fez um juramento e exerce essa prerrogativa com absoluta liberdade e transparência. Portanto, esta Assembleia Legislativa está cumprindo, sim, a sua função constitucional e o seu compromisso com o povo do estado de Mato Grosso do Sul. São essas as minhas considerações. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço o aparte do deputado Pedrossian Neto. Não adiro à fala de Vossa Excelência por dois motivos: o princípio da impessoalidade que norteia a administração pública se refere e aplica-se aos cargos de provimento por concurso público. Aqueles que são comissionados obedecem ao critério da confiança, no entanto, o da pessoalidade, uma vez que eu devo conhecer as pessoas em que eu confio e entrego um cargo em comissão. E se é tão fácil, e é uma tabela no Excel, mais um motivo é para que este deputado tenha acesso rápido para um simples requerimento desta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, seu tempo não dá para abrir uma discussão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Rapidinho aqui, um aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vai continuar a discussão sobre o requerimento, mas seu tempo encerrou.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para organizar a Sessão. Em discussão o seu tempo encerrou. Se o nobre deputado quiser discutir, poderá ocupar a tribuna e fazer uma discussão. Não pode mais ser feito aparte ao seu comentário.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Perfeitamente. Mas parece que o deputado Rafael Tavares pediu vista.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Eu pedi vista do requerimento por vinte e quatro horas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou consultar aqui. O projeto está em discussão. Pedido de vista do nobre deputado Rafael Tavares. Vou conceder vista por vinte e quatro horas, até a próxima sessão, por favor. Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, uma questão de ordem. Ontem, durante a reunião da CCJR nós votamos dois projetos de decreto legislativo: um que decreta situação de emergência de Ivinhema, e outro de Ponta Porã. A meu ver, apenas o pedido de decretação de situação de emergência de Ivinhema foi votado. E eu venho aqui fazer uma solicitação porque ontem, na comissão, eu fiz um questionamento de que a Avadan deveria ser juntada ao projeto. Avadan é a avaliação de danos, algo que a Defesa Civil solicita ao prefeito quando é baixado o decreto de situação de emergência. A Avadan descreve a extensão do dano, se é situação de emergência ou de calamidade pública. Uns quinze minutos depois desse questionamento, o prefeito remeteu a mim, via WhatsApp, não só o decreto municipal, mas todo o processo que determinou o pedido de solicitação de decretação de situação de emergência. Portanto, é uma situação de emergência, um socorro para a população de Ponta Porã aos danos provocados pelas chuvas, e precisa ser votado por esta Casa; sim ou não, mas precisa ser votado. Ele aguarda votação desta Casa para haver a possibilidade de liberação de recursos, portanto, por se tratar de uma situação de emergência, peço que seja incluído também o decreto de situação de emergência da cidade de Ponta Porã.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quanto à questão de ordem de Vossa Excelência, com respeito ao Item 2 da pauta, houve um pedido de vista. Esta presidência concedeu vista em razão de não haver uma questão de ordem. Esse decreto está em regime de urgência, e eu havia feito a concessão de vista para ser votado na próxima semana. Mas, em razão da questão de ordem, esta presidência vai colocar em votação. Em regime de urgência, projeto de decreto legislativo. Tenho o acordo de lideranças. Está na CCJR com acordo de lideranças. Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2023. Autora: Mesa Diretora. “Reconhece a situação de calamidade pública, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 101”. O projeto, com acordo de lideranças, em regime de urgência, foi aprovado pela

CCJR, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2023, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Amarildo Cruz? Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu fiz o pedido de vista para que este parlamentar pudesse analisar detidamente. Entendo que há existência de outros órgãos e organismos de fiscalização, e acho que eles vão continuar fazendo o seu trabalho. Porém quem está concedendo o decreto de calamidade pública precisa ser convencido adequadamente de que maneira será feito. Então, antes de descer para o Plenário eu não encontrei nenhum documento no sistema digital da Casa sobre o estado de emergência desse projeto, por isso fiz o pedido de vista, porque não caberia se tivesse encontrado anteriormente. Eu não vi isso no sistema, e me certifiquei disso, mas, existindo um acordo físico de lideranças, eu teria que me render a esse acordo. Por isso, senhor presidente, é correta a aplicação regimental de Vossa Excelência, mas no mérito não convence este deputado a emissão de um cheque em branco à Prefeitura de Ponta Porã. Então, vou votar contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes? Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A deputada Mara Caseiro votou? Solicito novamente o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Tito Lívio Canton. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Mariquesa Eugênia dos Santos. Moção de pesar, proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Jair José de Castro. Moção de pesar, proposta pelo deputado João Mattogrosso, em razão do falecimento do senhor Tetsuo Arashiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Consulto a deputada Mara Caseiro para saber se a manifestação externa está presente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos à manifestação externa. Para uso da tribuna, convidamos o senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, para tratar de proposta de reestruturação estadual para atendimento das crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência doméstica. Está suspensa a presente sessão. (10h35min).

SENHOR ANTONIO CARLOS VIDEIRA (secretário de estado de Justiça e Segurança Pública) — Excelentíssimo senhor presidente desta Casa, deputado Gerson Claro, senhores vice-presidente, secretário e membros do Legislativo, é uma satisfação estar com os senhores e senhoras nesta manhã. Presidente, eu recebi o convite da deputada Mara Caseiro para vir aqui hoje, e trouxe comigo o delegado-geral Roberto Gurgel para prestarmos alguns esclarecimentos sobre o episódio que envolveu a morte da criança Sophia, assunto de tanta repercussão. Nós adotamos, deputado Coronel David, muitas daquelas medidas que inclusive o senhor havia pedido, porque, de fato, estava dentro das atribuições que entendemos ser da Polícia Judiciária. Nós não podemos permitir que crimes dessa gravidade, deputado Pedro Kemp, voltem a ser praticados; e muito mais, que fujam da repressão. E que essa repressão, deputado Renato Câmara, seja exemplar, para ter um efeito pedagógico. A maioria desses crimes tem ocorrido dentro das próprias residências; e isso exige não só uma ação policial, pois as ações transcendem a competência da segurança pública. E para isso, exigindo uma transversalidade, nós pedimos, sim, o apoio dos profissionais da Saúde e da Educação, porque o professor que não recebeu o aluno na segunda-feira, chegando na terça-feira para lecionar, vai perceber que o comportamento daquela criança está diferente. O profissional do posto de saúde do bairro vai perceber que aquela criança apresenta lesões incompatíveis com um tombo

de bicicleta, por exemplo. E nesse sentido, nós já tivemos, deputada Mara Caseiro – como a senhora perguntou – algumas ações vindas dos postos de saúde. A divulgação maciça das ações preventivas, deputado Junior Mochi, tem gerado efeito. Mas nós precisamos muito mais do que isso, senhor presidente. Precisamos de ações que cheguem muito além da nossa Capital, porque essa modalidade criminosa ocorre em todos os locais, principalmente nos rincões mais distantes, onde as pessoas às vezes não têm acesso. E nesse sentido, buscando reprimir esse tipo de crime, nós já capacitamos quase duzentos policiais para as oitivas especializadas. Tivemos a autorização do nosso governador Eduardo Riedel para o credenciamento de psicólogos, deputado Londres Machado. Mas ontem, recebi uma nota técnica do Conselho Regional de Psicologia dizendo que não recomendam que psicólogos façam as oitivas especializadas, deputado Pedro Kemp. Então, o que faremos? Nós não vamos ficar esperando notas técnicas. Sendo assim, ontem, nós autorizamos o delegado Roberto Gurgel de Oliveira Filho a fazer dois cursos para capacitação de mais quatrocentos policiais civis que atuarão em todas as delegacias de Mato Grosso do Sul nessas oitivas especializadas. Eu já tenho essa autorização do governador. Ademais, está também no nosso contrato de gestão com o governador a ampliação das Salas Lilases. Muitas dessas salas foram instaladas com emendas dos senhores e das senhoras. A Sala Lilás é um ambiente instalado nas delegacias do Interior que permite a oitiva especializada, não somente das crianças do sexo feminino, mas de toda criança, adolescente e mulheres vítimas de violência. Nós buscamos aqui na Capital um ambiente propício durante plantões, porque existe um ambiente propício lá na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), mas essa DPCA trabalha durante o expediente [sic]; e nós temos condições de melhorar, mas nós queremos mais que isso. O delegado Gurgel já está providenciando um estudo para termos um plantão vinte e quatro horas da DPCA funcionando na Depac/Sepol. Esta semana nós estivemos reunidos e já riscamos e rabiscamos o ambiente para isso, e queremos contemplar lá também um núcleo do Imol. Por que queremos isso? Deputado Gerson Claro, Vossa Excelência que é advogado, sabe da exigência de um laudo pericial para a materialização de um crime. E, no caso da criança Sophia, por exemplo, ela não foi levada para fazer o exame quanto era necessário, o exame que materializaria o crime. Então, nós estamos instalando neste mês de março, mês da mulher, deputada Mara Caseiro, um núcleo do IML dentro do ambiente da Casa da Mulher Brasileira, para atender todas as mulheres vítimas de violência que são levadas até a Deam. Nós estamos removendo os médicos, e já temos médicas. Todas as agentes de Polícia Científica que ali atuarão serão do sexo feminino, para que a mulher vítima de violência saia da delegacia e vá fazer o exame. Porque muitas delas são ouvidas, o autor é autuado em flagrante, deputado Professor Rinaldo, mas ela não comparece no Imol; assim a repressão é prejudicada. Por isso nós estamos instalando neste mês de março esse núcleo do IML. Mas é somente isso? Claro que não! Nós precisamos ter também este atendimento médico pericial para as crianças vítimas de violência. As meninas já estão sendo atendidas fora do expediente da DPCA, e nos finais de semana são atendidas na Deam da Casa da Mulher Brasileira. E nós levamos essa demanda emergencial para o conselho gestor da Casa da Mulher Brasileira, para que nós pudéssemos, enquanto nós não temos pronto esse ambiente no Cepol, atender também crianças do sexo masculino; mas não obtivemos resposta. Estivemos reunidos e fizemos uma exposição maciça de toda a

necessidade e da urgência, mas ainda não obtivemos resposta. Nesse sentido, o delegado Gurgel baixou uma portaria. Em face da resposta não ter vindo, nós vamos atender, sim, a partir deste final de semana toda criança vítima de violência. Se vier algum expediente decidindo contrário, nós vamos explicar que em breve teremos um ambiente propício, mas não somente isso. E aí eu preciso do apoio de todos os senhores e senhoras desta Casa de Leis. Nós já temos definida uma planta, temos todos os projetos complementares prontos, porque são de unidades que nós já temos construídas no estado, de prédios que podem abrigar uma nova DPCA em frente à Casa da Mulher Brasileira. Para isso nós precisamos de uma área de três mil metros quadrados que a União dispõe. Nesse sentido, deputado Roberto Hashioka e deputado Zeca do PT, nós precisamos de apoio da nossa bancada para a disponibilização. Amanhã vou me reunir com a superintendente de patrimônio da União, e vou levar essa demanda. Eu já me reuni com a secretária Patrícia, da Sead, demandando que para a construção de um desses prédios nós possamos usar recursos do Fundo da Criança e do Adolescente. Os prédios e as plantas que nós temos têm saldo suficiente para essa construção, deputado Coronel David e deputada Mara Caseiro. Então nós já estaremos neste primeiro final de semana recebendo as crianças na Deam, independentemente do sexo; e nós teremos em curto espaço de tempo, questão de no máximo quarenta dias, a adequação de um espaço nos Depac/Sepol para o plantão vinte e quatro horas da DPCA, e teremos a demanda da construção. Para isso nós precisamos estar todos juntos, senhoras e senhores. Conto com o apoio desta Casa e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço ao convidado pelos esclarecimentos. Para comentar sobre a sua fala, eu convido, pela ordem, o nosso deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Muito obrigado, senhor presidente. Secretário, eu tenho absoluta noção de que a Pasta que o senhor comanda é aquela por onde passam os temas mais desafiadores e delicados que uma sociedade apresenta. Neste curto período de mandato, eu já tive algumas oportunidades de conversar pessoalmente com o senhor, e nesta semana ainda eu comentava com o nosso líder governo, deputado Londres Machado, a alegria e a satisfação que tive de conhecê-lo mais proximamente, e perceber na sua pessoa, na sua personalidade, a sensibilidade, a preocupação e o bom senso em comandar temas da delicadeza e de repercussão que o senhor normalmente tem que tratar. Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que depois desse pronunciamento, digo isso, até representando a Bancada do PT, como homem e como deputado, que o senhor tem a mais irrestrita e absoluta confiança da minha parte. Parabéns por sua sensibilidade e por sua preocupação social. Obrigado.

SENHOR ANTONIO CARLOS VIDEIRA (secretário de estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul) — Obrigado, deputado. Estou sempre à disposição de Vossa Excelência. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu gostaria de cumprimentar o secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, nosso amigo doutor Carlinhos, e também o doutor Roberto Gurgel, diretor-geral da Polícia Civil do nosso estado. Primeiramente eu quero parabenizar as forças de segurança pública de Mato Grosso do Sul, porque nós moramos em um estado que tem a maior fronteira da América Latina; são quase mil e setecentos quilômetros com dois países. A polícia deste estado é conhecida e reconhecida, deputado Pedro Kemp, como uma das melhores do Brasil, e isso nos orgulha. Em segundo lugar, quero dizer que na semana passada e ontem eu usei esta tribuna, pois sou autor de uma lei que instituiu aqui no estado a Semana de Combate à Pedofilia, na primeira semana do mês de maio. À época, a gente percorreu este país junto com a ex-ministra Damares e com o senador Magno Malta. Se tem crime, esse é a mãe de todos os crimes, porque é contra os indefesos. A minha filha faz faculdade de Medicina com a filha do deputado Pedro Kemp, e uma colega dela foi uma das que atendeu essa criança, algo que nos emociona, entristece e nos deixa indignados. São milhares de “Sophias” por esse mundo afora. A cada poucos minutos uma criança é abusada. E o que nos entristece é que quase 70% acontece, lamentavelmente, no seio familiar. Então, é um crime que é preciso ser combatido a quatro mãos; que estejamos irmanados, para que a gente possa identificar os criminosos. Eu tenho uma cartilha, que fiz em praticamente para todo o estado, que mostra como ajudar a prevenir essa tamanha chaga. E Vossa Excelência fala com muita propriedade quando diz que o professor tem um papel preponderante, pois ele e o médico podem identificar essa criança. A primeira Sala Lilás do estado foi criada fruto de uma emenda minha e, graças a Deus tem em vários municípios. Foi a primeira no estado e a segunda do Brasil. A primeira foi no Rio Grande do Sul, a segunda foi aqui no IML, para que quando a mulher for fazer um exame de corpo de delito tenha um ambiente seguro e um anexo para a criança com uma brinquedoteca. Para finalizar o meu aparte, quero dizer que dias atrás fui fazer uma visita e, coincidentemente, uma senhora, com um garoto de sete anos com o uniforme da Rede Municipal de Educação (Reme), me identificou. E quando eu vi aquela criança ali, já entendi tudo. Fiquei emocionado, com um sentimento paradoxal de tristeza de ver aquela cena, e de alegria por saber que uma ideia nossa e uma ação do governo permitiu que num momento de fragilidade do ponto de vista físico e psíquico aquela criança pudesse ter sua dor minimamente atenuada com um momento lúdico na brinquedoteca, aguardando para fazer esse exame com mais segurança. Então eu quero parabenizá-lo por essa ação do governo, e tenho certeza que os vinte e quatro deputados estarão juntos nesse projeto, para que a gente possa... A utopia seria um dia a gente poder erradicar esse mal de uma vez por todas, mas eu tenho certeza que o estado vai dar uma parcela de contribuição fundamental para que a gente venha a minimizar a dor de milhares de crianças aqui em Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul. É triste dizer que Mato Grosso do Sul, infelizmente, ficou conhecido como o estado em que mais estupros de crianças aconteceram proporcionalmente no país. Isso é muito triste! Então, eu quero parabenizá-lo junto à Diretoria-Geral da Polícia Civil pelo tema que explana hoje com muita propriedade. Muito obrigado. Peço desculpas pela emoção neste momento de aparte um pouco longo, mas quero estar junto. Ontem, a presidência se pronunciou também com relação a outra chaga, que é a violência contra a mulher.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Presidência solicita aos nobres colegas que sejam mais objetivos no tempo, até porque o nosso secretário cuida de uma Pasta muito importante, e nós precisamos liberá-lo para ele ir cuidar da segurança pública do nosso estado. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Doutor Carlinhos, nosso secretário, e doutor Gurgel. Primeiro quero agradecê-los por atenderem ao convite desta Casa, para discorrerem sobre as ações no combate ao crime contra as nossas crianças e adolescentes; acho isso muito importante, até porque a gente precisa dar uma resposta. Sabemos e entendemos a preocupação que a secretaria tem tido com esse tipo de crime e com toda criminalidade que vem acontecendo no nosso estado, então é muito bom saber que vocês estão pensando em ações emergenciais – como disse o próprio deputado Rafael Tavares, que vai falar após a minha intervenção – para a construção de um Centro de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente. Realmente é importante pensar nisso, mas isso é um pouco mais em longo prazo, no entanto nós precisamos ter ações afirmativas e emergenciais. Hoje, nós temos a Casa da Mulher Brasileira, que é uma rede de atendimento. Então, por que não utilizar essa rede de atendimento, inclusive com o Imol, que está sendo instalado lá dentro? O senhor disse que muitas vezes as mulheres vítimas de violência vão para casa, estão com o pedido para ir até o Instituto Médico Legal, mas muitas vezes não vão. Mas, se estiver tudo centrado num mesmo local, ela poderá receber todo o atendimento ali mesmo. Mesmo assim eu fico mais tranquila sabendo que vocês estão promovendo ações emergenciais, inclusive com esses cursos para os nossos polícias civis nas oitivas, pois é importante ter essa percepção; além disso, é importante trabalhar nas nossas escolas com os professores, para identificação dos casos. Nós queremos contribuir, estamos aqui à disposição e entendemos a necessidade da implantação dessa Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente em frente à Casa da Mulher Brasileira. Conte com esta Casa para que esse projeto realmente saia do papel.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Quero cumprimentar o secretário, principalmente pela urgência do tema e pelas ações que o senhor colocou aqui. Essa é uma situação que não dá para esperar; não podemos aguardar uma nova situação como a que aconteceu com a menina Sophia. E também quero aproveitar para dizer que nós temos um projeto de lei com relação ao Centro Integrado de Proteção à Criança e ao Adolescente e convocar toda a população e os nobres colegas para participarem amanhã, às 9 horas, nesta Casa, da audiência pública que eu propus, para que gente possa discutir com a sociedade civil maneiras de encontrarmos caminhos com urgência e conseguir planejar isso a médio e longo prazo, com um centro adequado, com uma delegacia vinte e quatro horas, com acompanhamento psicológico e jurídico; essa é a nossa ideia. Então, eu convido todos para estarem amanhã, às 9 horas, nesta Casa, participando da audiência pública. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Caríssimo secretário doutor Carlinhos, quero parabenizá-lo pela exposição. O senhor disse aqui que esse fato que aconteceu com a menina Sophia infelizmente ocorre em todo o estado, e às vezes até em lugares distantes dos centros de atendimento. Eu me lembro que o doutor Roberto que fez uma exposição em que passou uma estatística preocupante, dizendo que, em média, três crianças por dia sofrem abuso sexual ou estupro aqui no nosso estado. Eu queria destacar na sua fala a questão da capacitação dos policiais civis, para que esse atendimento especializado seja feito não só em Campo Grande, mas em todo o interior do estado. Muitas ações são concentradas aqui, mas eu já vi situações, até em municípios que têm aldeias indígenas com uma população bastante numerosa, que às vezes existe certa dificuldade em formalizar uma denúncia e em buscar um atendimento. Acho que essa capacitação atende, neste momento, a necessidade de se fazer uma escuta especializada com a criança e o adolescente. Até como psicólogo, eu diria que há situações em que realmente seria necessária a presença de um psicólogo, porque nem sempre a criança consegue explicitar para o agente da segurança o que tem acontecido com ela. Eu cito aqui alguns casos de crianças com deficiência, que sofrem abusos do pai, do padrasto, do irmão mais velho, e que têm dificuldades de expressar o que vem acontecendo. Para finalizar, eu queria colocar um comentário sobre essa questão do atendimento na Casa da Mulher Brasileira. Eu acompanho muitos movimentos de mulheres, movimentos dos direitos humanos, e vejo que há uma posição contrária desses movimentos em abrir o atendimento da Casa da Mulher Brasileira para outros atendimentos especializados, até porque isso descaracterizaria um pouco a finalidade da criação da Casa da Mulher Brasileira. Mas eu vejo com muita satisfação essa proposta que foi colocada aqui, de um centro próximo à Casa da Mulher Brasileira, até porque em muitos casos a mulher vítima de violência doméstica vai para lá e leva suas crianças; então ter um centro próximo, uma unidade especializada para acolher, atender, ouvir a criança e fazer o exame de corpo de delito seria muito bem-vindo. Acredito que, até que esse espaço seja construído e instalado, que essas providências em caráter emergencial devem ser adotadas, realmente, porque todo dia acontece violência e abuso contra as nossas crianças aqui no estado. Contem com o apoio da nossa Casa. Estaremos juntos nessa empreitada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David. Encerradas as inscrições de manifestações.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, como presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social desta Casa, quero agradecer a urgência com que o secretário Antonio Carlos Videira e o delegado-geral da Polícia Civil, doutor Roberto Gurgel, atenderam a solicitação desta Casa. Eu tive a oportunidade de ser incumbido por Vossa Excelência para fazer o atendimento ao secretário Carlinhos ali em nossa sala, onde pude tirar algumas dúvidas com ele com relação aos pedidos de providências que fizemos sobre o caso da menina Sophia. É importante dizer a todos que fiquei extremamente satisfeito com as providências que

foram adotadas pelo secretário e, sobretudo, pela Polícia Civil, aqui representada pelo doutor Roberto Gurgel, que já relataram o inquérito policial em andamento que agora está sob o crivo do Ministério Público. É isso que a gente pede, senhor presidente, reforçando tudo aquilo que a gente falou aqui naquele dia. Esperamos que as providências e apurações feitas pela Polícia Civil possam subsidiar a decisão e as providências que o Ministério Público vai adotar. Esperamos também que a Justiça possa, dentro dessa investigação muito bem feita pela Polícia Civil e pela Cejusp, indicar os responsáveis e todos aqueles que contribuíram para esse acontecimento trágico. Então fica aqui, secretário Carlinhos, o meu reconhecimento pela sua capacidade frente à secretaria, esperando realmente que continue nessa toada, para que Mato Grosso do Sul possa, diante desses casos que envolvem agressão às nossas crianças e também desses numerosos casos de violência doméstica, dar uma resposta a altura das necessidades da população de nosso estado. E não tenho dúvida de que o senhor, junto ao aparelho policial de Mato Grosso do Sul, irá fazê-lo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhor secretário, esta Casa agradece mais uma vez a sua presença e manifestação. Não temos dúvidas de que a polícia de Mato Grosso do Sul tem cumprido o seu papel na elucidação. Muito se fala na violência contra a mulher; e nós somos de um estado onde há muita violência contra a mulher, porque realmente as pessoas denunciam, e aqui a polícia prende e resolve os casos. No caso da violência contra a criança, conforme vossa manifestação, nós temos ouvido o governador falar muito sobre a política transversal. Dentro da competência da polícia, nós temos visto o seu trabalho, o trabalho da polícia, portanto o trabalho do governo está sendo feito. No que diz respeito à política, nós precisamos, sim, da política da transversalidade, precisamos da educação, do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares de verdade. Não podemos ter um Conselho Tutelar de faz de conta, mas temos que ter uma política que chegue aos municípios junto com os prefeitos e com o Ministério Público, para que esses órgãos de prevenção e cuidado possam se antecipar. Bom seria se não precisasse chegar até a polícia. Então, muito obrigado e parabéns. Esta Casa se coloca à disposição, mais uma vez, para apoiar o serviço da segurança pública de Mato Grosso do Sul, naquilo que estiver dentro da nossa competência.

SENHOR ANTONIO CARLOS VIDEIRA (secretário de estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul) — Muito obrigado, presidente. Eu agradeço a receptividade e o apoio manifestado por todos os membros desta Casa por uma causa tão importante. Com certeza nós teremos bons resultados na repressão a esses bárbaros crimes contra crianças e adolescentes e contra todos os crimes. Muito obrigado, presidente. Eu e o doutor Roberto estamos à disposição para maiores esclarecimentos a todos. Bom dia a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a Sessão. (10h55min).



Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Agradeço mais uma vez a presença e a manifestação do nosso secretário de estado de Justiça e Segurança Pública e aos nossos deputados que deram a sua contribuição para esse tema tão importante. Esta encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos (10h58min).